

# Memória acadêmica

Edmar Lisboa Bacha

## A formação em economia

Fiz o curso de graduação em economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais entre 1960 e 1963. A escolha da profissão de economista foi algo traumática, pois naquele tempo a escolha óbvia em Belo Horizonte era engenharia mecânica; cheguei a fazer um vestibular para engenharia, mas não passei na primeira rodada. Ao chegar a época da segunda chamada, preferi fazer o concurso para ciências econômicas, uma opção difícil, já que a profissão era pouco reconhecida socialmente. Passei num dos primeiros lugares, junto com Alkimar Moura, com quem desde então mantenho uma contínua interação intelectual. Sorte minha que naquele mesmo ano entraram na Faculdade outros bons alunos, entre eles Flávio Versiani, Tereza Versiani e José Carlos Oliveira. Logo nos encontramos fazendo o concurso para o sistema de bolsas da faculdade, extraordinária iniciativa pioneira do Professor Ivan Leite de Magalhães Pinto, diretor da faculdade, e por meio da qual pudemos fazer todo o curso de economia em tempo integral (no meu caso, semi-integral, pois mantive meu emprego como redator de anais da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, onde iniciava minhas atividades às 16h de cada dia).

No sistema de bolsas encontrei-me com outros bons alunos, dentre eles Cláudio Moura Castro e Paulo Haddad. Ali também pude iniciar um processo de auto-aprendizado, já que os professores, com poucas exceções (Fernando Reis, Admardo Caldeira), pouco sabiam de economia moderna. Por recomendação de um contraparente, peguei na biblioteca a *Introdução à Economia*, do Paul Samuelson, mas logo me deparei com escolhas entre manteiga e canhões, que não faziam qualquer sentido para mim. Então, como os demais colegas, me entusiasmei com o livro de *Introdução à Economia* de Raymond Barre, que tinha três atrativos: era razoavelmente ininteligível, escrito em francês, e supostamente “estruturalista”

No sistema de bolsas também se encontravam os politicamente atuantes estudantes do curso de sociologia e política, Herbert de Souza, Ivan Ribeiro, Juarez, Teotônio dos Santos, Simon Schwartzman, Bolívar Lamounier, Amaury de Souza, entre outros. Havia também os “reacionários” do curso de administração de empresas. Nesse ambiente intelectual e

politicamente efervescente, ficou fácil esquecer engenharia, e logo tornar-me confiante da opção profissional que havia feito.

Meu primeiro interesse intelectual havia de perdurar a vida inteira: a economia do café. Meu primeiro artigo publicado sobre o assunto data de 1961, no órgão do Diretório Acadêmico da Faculdade (FACE), que naquela época já tinha nove anos de existência. O artigo comentava favoravelmente as mudanças trazidas pela Instrução 208 da SUMOC à política cafeeira do País. A influência de Ignácio Rangel, cujas colunas na Última Hora lia avidamente toda semana, é patente no artigo. Ignácio Rangel, ele próprio, é o tema de meu segundo artigo publicado, no número da FACE de 1963 (provavelmente o último número que saiu): ali faço-lhe uma crítica à teoria da inflação brasileira. Lembro-me que Rangel veio a Belo Horizonte, conversamos sobre o artigo, e ele reclamou de, no texto, eu o qualificar como “o mais original dos economistas brasileiros”

A inflação foi, assim, meu segundo tema preferido, também um interesse duradouro. Sobre esse tema escrevi, em 1962, meu trabalho de bolsa de 3º ano, “Uma aproximação ao processo inflacionário e suas repercussões sobre o desenvolvimento econômico”, fortemente influenciado pelas idéias de João Paulo de Almeida Magalhães. Foi também sobre inflação o texto que escrevi, em 1963, com Alkimar Moura, para um encontro nacional de estudantes de economia, realizado em Belo Horizonte; nesse texto sobressai a influência das idéias de Roberto Campos.

O ecletismo intelectual foi, assim, uma marca que me veio desde o começo. Faltou-me apenas, naquela época, uma ênfase mais acentuada em matemática e estatística, perda maior devido ao fato de não haver feito a graduação em engenharia.

Junto com Alkimar Moura, Flávio Versiani, José Carlos Oliveira, Denise Williamson, meus colegas do curso de graduação, fiz, no final de 1963, o concurso para o programa de pós-graduação do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas da Fundação Getúlio Vargas - era o caminho aberto para a pós-graduação no exterior. Passamos todos nos primeiros lugares. O esquema de ensino do CAE/FGV consistia em umas tinturas de micro, macro, matemática, estatística e inglês, em aulas indo de janeiro a junho de 1963, e que se destinavam a preparar os alunos para os programas de pós-graduação nos EUA. Mário Simonsen ministrava quase todas as aulas, mas lembro-me que também Werner Baer e João Paulo dos Reis Velloso ensinavam alguma coisa de desenvolvimento econômico. Estudei menos do que devia, pois logo ficou claro que iria na primeira turma para o exterior; relaxei, pois, e tratei de aproveitar o Rio. Mas foi vendo Mário Simonsen dar aulas que, pela primeira vez, fiquei consciente de meus limites intelectuais: me dei conta que jamais seria tão proficiente quanto ele nas matemáticas.

A escolha de Yale para fazer a pós-graduação foi induzida por Werner Baer; queria inicialmente ir para a Inglaterra (Cambridge), mas a bolsa não o permitia. Depois pensei em Harvard, mas esse programa estava temporariamente fechado para alunos brasileiros, devido ao mau desempenho de dois estudantes que haviam ido para lá no ano anterior e forçados a desistir depois de seis meses. MIT, nenhuma chance. Yale tinha um mestrado para estrangeiros, que facilitava as coisas. Era para lá que Cláudio Moura Castro e outros haviam ido, e se saído bem.

Ao chegar em Yale, em setembro de 1964, encontrei-me com Guillermo Calvo, com quem desde então tenho continuamente interagido intelectualmente: ele chegava de Buenos Aires também alertado para não entrar no doutorado diretamente - que bobagem! Fizemos o mestrado em um ano com um pé atrás e logo entramos direto no 2º ano do doutorado - outra bobagem! A vantagem foi termos conhecido Carlos Federico Díaz Alejandro, nosso professor de microeconomia (quem diria!) no mestrado, e com quem logo fizemos um grupo latino-americano. Foi de um *paper* para o curso de Díaz Alejandro que saiu meu primeiro artigo publicado, em *El Trimestre Económico* (out/dez 1966), com um teste empírico sobre uma hipótese de Hirschman, segundo a qual os países em desenvolvimento seriam relativamente mais produtivos em indústrias mais intensivas em capital.

Lembro-me de estudar sempre junto com Guillermo Calvo, especialmente estatística, ele usando suas matemáticas, eu, minha intuição, competindo para ver quem fazia os exercícios mais rápido. Terminado o 2º ano, mergulhamos no estudo para os exames gerais de teoria, métodos quantitativos e história, todos no mesmo mês de setembro de 1968 - um horror! Também havia provas orais em dois campos - os meus eram comércio internacional e desenvolvimento econômico (acho que os dele também). Passamos sem louvor, mas ficamos livres de provas para sempre.

Outras boas lembranças de Yale são de Celso Furtado, que ali esteve - um mito em carne e osso - por um ano inteiro. Também Juscelino Kubitschek um dia apareceu por lá, esbanjando simpatia.

A escolha do tema de tese foi mais ou menos óbvia. No final do primeiro ano havia passado dois meses em Londres (jul/ago 1965), como assistente de pesquisa, na Organização Internacional do Café. No ano seguinte, por indicação de Celso Furtado, escrevi um artigo sobre café na economia brasileira para uma coletânea que seria publicada em Londres; só que errei na mão, fiz um texto muito hermético, e não consegui me entender com o organizador, Cláudio Veliz, sobre o formato do texto. Acabei publicando-o em português, na revista *Dados* (1968).

Marc Nerlove havia chegado em Yale em 1965, precedido de enorme fama como econométrico. Seus cursos eram um terror, mas neles me saí surpreendentemente bem: foi a primeira vez que ganhei mais confiança nas minhas próprias habilidades em métodos quantitativos.

Café e econometria: dessa união saiu minha tese doutoral. Sob a orientação de Marc Nerlove, desenvolvi um modelo econométrico para a política brasileira do café e o mercado internacional do produto. A tese jamais foi publicada; fiz uma condensação, que esteve longo tempo para ser publicada numa revista do próprio Departamento de Economia de Yale (não me lembro do título da revista), mas essa, infelizmente, foi extinta antes que chegasse a hora de minha tese. A essa altura, já havia passado um bom par de anos, e não me animei a buscar outras publicações.

## **Experiência profissional e principais publicações**

Terminada a tese, o problema agora era: o que fazer? Osvaldo Sunkel esteve um dia em Nova York, conversando comigo e Guillermo Calvo, sobre um processo de renovação da Cepal, mas essa história não deu em nada.

Queria retornar ao Brasil, mas não antes de ter a certeza de uma colocação acadêmica. Na verdade, queria assinar um contrato de trabalho enquanto estivesse nos EUA. Reis Velloso passou por New Haven, para me convencer a ir para o IPEA, inclusive mostrando-me os estatutos do órgão, que caracterizavam sua independência do governo - tão independente quanto a Fundação, me dizia Velloso. Mas essa perspectiva não me animava. Já o pessoal da Fundação - Simonsen, Kerstenetzky, Bulhões - me dizia: venha aqui, que acertamos. Nem pensar. Escrevi para Miguel Colassuono, na FINE/USP, que me respondeu dizendo que já havia muitos outros candidatos, cursando doutorado, da própria USP, para as posições de que ele dispunha. Achei estranho, uma vez que eu sabia ser o primeiro Ph.D. brasileiro em economia [exceto talvez por Dias Carneiro, que teria concluído o doutorado no MIT alguns anos antes], mas me conformei com aquela curiosa resposta.

Sondei o mercado americano, mas o melhor que apareceu foi uma oferta de Amherst, Universidade de Massachusetts, para ensinar econometria. Foi então que Díaz Alejandro me falou do projeto conjunto MIT/ODEPLAN, financiado pela Fundação Ford, para ajudar o planejamento econômico no Chile. Sob a coordenação de Rosenstein-Rodan, esse projeto envolvia Hollis Chenery e Richard Eckaus, além de Díaz Alejandro. Os “bagrinhos” éramos Jere Behrman, Peter Clark, Lance Taylor e eu. Na ODEPLAN, nossas contrapartidas eram Eduardo Garcia, Cristian Ossa, Alejandro Foxley e Ana Maria Jul, entre outros. Foi a melhor

decisão que pude tomar para iniciar minha vida profissional. Passei no Chile um ano, de setembro de 1968 a 1969, iniciando aí uma profícua colaboração com Lance Taylor e um flerte temporário com a análise de custos e benefícios sociais.

Em colaboração com Lance Taylor, escrevi no Chile uma resenha sobre métodos de cálculo do preço-sombra da taxa de câmbio, que foi aceito pelo *Quarterly Journal of Economics*, sendo publicado como o artigo principal do número de maio de 1971. É um desses artigos que chegam no tom exato, na hora certa. Nos anos seguintes, tornou-se leitura obrigatória dos principais cursos de desenvolvimento econômico e de análise social de projetos nos EUA. Fama instantânea na academia americana.

No Chile, minha função precípua era analisar as perspectivas do Grupo Andino. Escrevi algo sobre o assunto, mas minha principal tentativa de analisar teoricamente o tema da integração regional sob a perspectiva da substituição de importações não foi muito bem-sucedida, embora tenha sido publicada, em português, em 1972, num livro da ANPEC em homenagem a Octávio Gouvêa Bulhões, e, em inglês, em 1973, numa coletânea organizada por Eckaus e Rodan, sobre os trabalhos do grupo MIT/ODEPLAN no Chile.

Do Chile, finalmente, consegui uma proposta concreta de trabalho na FGV/Rio: metade do tempo como pesquisador, no IBRE, junto com Isaac Kerstenetzki; a outra metade como professor, na EPGE, junto com Mário Simonsen. Comecei a trabalhar na Fundação em setembro de 1969. Mas Velloso tinha razão: a atividade interessante de pesquisa estava no IPEA, não no IBRE. E logo aceitei uma proposta para repartir meu tempo entre o IPEA e a EPGE.

No IPEA, com amplos recursos e minha própria equipe de trabalho, pus-me a pesquisar para aquele que seria meu primeiro livro, sobre análise social de projetos no Brasil (em colaboração com Aloísio B. Araújo, Milton da Mata e Ruy Modenesi), publicado em 1971 - e que teve enorme repercussão no País. Lembro-me de Marcus Vianna, então presidente do BNDE, me chamando em seu escritório para eu lhe explicar o cálculo do custo social do capital (15% a.a., segundo meus cálculos). Logo percebi que seu problema era juntar argumentos para poder justificar um aumento da taxa de juros que o BNDE cobrava em seus empréstimos - foi essa a minha primeira experiência (pouco dolorosa em comparação com as que estavam por vir quinze anos depois!) do “uso” político de idéias econômicas - algo que me deixou deveras perplexo.

Antes de deixar o IPEA ainda produzi, em colaboração com Milton da Mata, um outro livro, publicado em 1972, argüindo que os encargos trabalhistas reduziam significativamente o emprego de mão-de-obra no setor formal da economia, e sugerindo que a previdência social

passasse a ser financiada por um imposto ao valor adicionado. Foi interessante a reação. Annibal Villela e Hamilton Tolosa, então respectivamente superintendente e adjunto do INPES, a partir de uma firme convicção na não substitubilidade de capital por trabalho, não queriam publicar o livro e encomendaram um número de comentários contrários, aos quais tratei de responder tão bem quanto pude. Finalmente, concordaram com a publicação, mas com os comentários saindo junto, para caracterizar que aquelas idéias eram minhas, não do IPEA. Roberto Macedo, em sua tese doutoral para a Universidade de Harvard, acabou descobrindo alguns “furos” analíticos em minhas regressões - embora isso não o impeça hoje de advogar uma reforma fiscal que inclui minhas propostas de 1972!

Na EPGE, sentia-me pouco à vontade. Simonsen se ausentava e deixava a administração do curso a cargo de burocratas. Depois criou um cargo de coordenador de ensino, para o qual, entretanto, convidou o professor Bueno, de São Paulo. Sentindo-me desprestigiado, tornei-me cada vez mais interessado nas possibilidades, que me eram transmitidas por Isaac Kerstenetzky, de criar um novo programa de mestrado na Universidade de Brasília.

Passei todo o ano de 1971 indo a Brasília pelo menos uma vez por mês e fazendo sondagens com praticamente todos os novos ou potenciais Ph.Ds. brasileiros, propondo-lhes fazer na UnB um mestrado “alternativo” aos dois então existentes: o da FGV, de Simonsen, e o da USP, de Delfim Netto. Um mestrado que usasse a técnica da academia americana para a análise dos temas relevantes da economia brasileira e latino-americana, conforme descortinados pela Cepal.

Em 1972 mudei-me para Brasília e em 1973 abri meu mestrado, tendo Lance Taylor como professor visitante, Pedro Malan como professor itinerante, e um bando de jovens professores no quadro permanente, entre os quais se destacavam Dionísio Carneiro, Francisco Lopes, Charles Mueller, Luis Paulo e Elca Rosemberg (esses chegaram em 1974), Flavio e Tereza Versiani, além de um boliviano e outro americano, ambos recém-graduados de Vanderbilt. A prata da casa incluía Lauro Campos, Helga Hoffmann e Dércio Munhoz, entre outros.

Em Brasília, meu grande encanto intelectual foi com os neo-ricardianos. De repente, parecia que tinha encontrado a síntese que buscava, de rigor analítico e relevância temática. Montei um curso inteiro a respeito da controvérsia sobre o capital. Entender Sraffa foi um esforço coletivo, do qual resultou um *paper* conjunto com Lance Taylor e Dionísio Carneiro, que não conseguimos publicar em revista de primeira linha, mas do qual ainda me orgulho bastante. Acabou sendo publicado em *Metroeconomica*, em 1977

Embora minhas obrigações administrativas me tomassem bastante tempo, continuei a escrever ensaios sobre economia brasileira, tanto de análises empíricas (“Hierarquia e

remuneração gerencial”, 1974: “Issues and evidence”, 1977), como de modelos de crescimento (“Foreign capital and the output growth rate”, 1974; “The unequalizing spiral”, 1976).

Foi também em Brasília que minha veia irônico-literária uniu-se às minhas brigas políticas para gerar dois pequenos textos, que causaram muita comoção. Ambos foram publicados em agosto de 1974 e devem ter sido escritos durante as férias de julho. Um primeiro foi “Os mitos de uma década”, inicialmente publicado anonimamente na Coluna do Castello, no *Jornal do Brasil*, tendo depois virado título de um de meus livros; o outro, “O rei de Belíndia”, publicado no semanário *Opinião* com grande estardalhaço, onde pela primeira vez se deu notícia deste hoje tão tristemente famoso País.

Brasília foi bom enquanto durou, mas não durou muito tempo. Entre a hostilidade dos alunos e a do planalto central, e os atrativos do Rio e da FGV, Dionísio e Chico só aguentaram um ano e vieram de volta para o Rio. Pedro Malan se cansou da ponte aérea e Lance Taylor voltou para Cambridge. Helga Hoffmann teve que se afastar do País. O charme do programa “alternativo” também não conseguiu resistir à abertura do mestrado em Campinas, para onde os melhores alunos do País passaram a se dirigir. A graça do Planalto acabou. Em meados de 1975, com alguma culpa, despedi-me dos colegas e fui fazer um segundo doutorado, aproveitando-me de um convite do Harvard Institute for International Development para uma Visiting Scholarship.

Entre agosto de 1975 e dezembro de 1977 permaneci em Harvard, como Visiting Scholar, onde tive a companhia de Sérgio Bitar, recém-chegado do Chile. Foram anos muito produtivos, de muito estudo (fiz pelo menos seis cursos no MIT), muita leitura, muitas viagens, e muita produção.

Três de meus principais *papers* sobre distribuição de renda datam desse período. Primeiro, uma polêmica resenha sobre a controvérsia sobre a distribuição de renda no Brasil, em co-autoria com Lance Taylor e publicada no *Journal of Development Studies* em 1978. Segundo, uma interpretação analítica da literatura sobre intercâmbio desigual, vindo de Prebisch-Singer até Emmanuel, publicada no *Journal of Development Economics* em 1978 (à qual, anos depois, em meu livro de ensaios para o Fondo de Cultura Económica, de 1986, fiz um adendo, com um modelo síntese que na primeira ocasião havia deixado escapar). Terceiro, um *paper* para a sessão plenária do 5º Encontro Mundial da Associação Econômica Internacional, em Tóquio, em 1977 (publicado nos anais do encontro, em 1979), reinterpretando a literatura sobre a curva de Kuznets, relacionando o crescimento às mudanças na desigualdade. Cada um à sua maneira, esses três textos tiveram uma considerável influência sobre a literatura posterior a respeito dos temas neles tratados.

Em Harvard também preparei uma coleção de ensaios sobre economia brasileira, *Os Mitos de uma Década*, publicados em 1976 pela Paz e Terra. Tratei ainda de manter-me a par dos acontecimentos políticos e econômicos no Brasil, escrevendo um artigo mais ou menos a cada quinze dias para a *Folha de São Paulo* - uma seleção dos quais finalmente coletei no livro *Política Econômica e Distribuição de Renda*, publicado pela Paz e Terra em 1978. Como se isso não bastasse, ainda me envolvi com Roberto Mangabeira Unger, para produzir um projeto para a democracia no Brasil (também publicado pela Paz e Terra em 1978, depois de a *Folha de São Paulo* haver desistido de o publicar como folhetim), que provocou enorme furor no País, com a esquerda acreditando tratar-se de obra do CIA, e a direita, do KGB.

De volta dos EUA, passei um ano (1978) em Brasília, mais foi só por “*old time’s sake*” A esta altura, Chico e Dionísio, junto com Rogério Werneck (que havia sido meu aluno na EPGE), já haviam brigado na Fundação e estavam iniciando o programa de mestrado na PUC-Rio, com a ajuda de Pedro Malan, Régis Bonelli e outros economistas cariocas com doutorado no exterior, que eu não havia conseguido atrair para Brasília. Era essa a minha turma, com quem eu podia me relacionar como igual, livre dos ônus de comandante-em-chefe em Brasília.

A primeira etapa de minha permanência na PUC-Rio foi intelectualmente esfuziante. Além dos supracitados, chegaram dos EUA, primeiro, José Márcio Camargo, depois, André Lara Resende e Pérsio Arida, e, finalmente, Eduardo Modiano; Winston Fritsch também se juntou ao grupo, vindo da UFRJ. Por via de um convênio com a Fundação Ford, asseguramos a presença, como professores visitantes, de Carlos Díaz-Alejandro, Lance Taylor e Roberto Frenkel.

Foi nessa ocasião que definitivamente firmei meu interesse em temas de macroeconomia aberta e economia mundial, produzindo inúmeros ensaios, entre os quais se sobressaem: um ensaio, de grande repercussão, com Díaz-Alejandro, sobre os mercados financeiros internacionais; uma reavaliação do modelo de dois hiatos, que creio haver se tornado um clássico da literatura do desenvolvimento econômico; um modelo de política salarial e inflação inercial, com Francisco Lopes; diversas análises críticas dos programas de estabilização do FMI; diversas avaliações do impacto dos choques externos sobre os países em desenvolvimento; e, com Pérsio Arida, uma análise de desequilíbrio do balanço de pagamentos em países semi-industrializados (na qual, a princípio, acreditávamos haver resolvido analiticamente toda a controvérsia entre estruturalistas e monetaristas sobre os problemas do balanço de pagamentos em países em desenvolvimento, mas que depois, à distância, constatamos necessitar de mais insumo analítico, o qual, lamentavelmente, jamais tivemos tempo de gerar; em parte também, porque, com o tempo, ambos nos desiludimos do alcance intelectual da macroeconomia do desequilíbrio, que tanto nos encantou naquele momento).

A descoberta da macroeconomia do desequilíbrio - Barro-Grossman, Benassy, Clower, Leijonvufud - foi, nessa época, meu novo encantamento intelectual: finalmente algo relevante, para substituir com vantagem a abstrusa esgrima intelectual dos neo-ricardianos. Foi nessa ocasião que flertei com a idéia da criação de um paradigma neo-estruturalista, conforme retratado na introdução ao meu livro de ensaios mais técnicos (*El Milagro y la Crisis* publicado pela Fondo de Cultura Económica em 1986), preparado na Universidade de Colúmbia em 1984 [minha intenção era fazer esse livro de ensaios em três línguas, mas, sufocado pelas múltiplas traduções, acabei deixando as versões em português e em inglês pelo meio].

Também ensaiei iniciar uma nova cruzada, desta vez para a criação de uma revista de economia latino-americana, dedicada ao neo-estruturalismo, a ser publicada pela editora Campus (até o nome cheguei a escolher - Humus; horrível, mas inteligível em todas línguas relevantes); isto depois de não haver conseguido montar um novo corpo editorial para o *El Trimestre Económico*, então firmemente dominado por Oscar Soberón. Tratei de interessar boa parte da nova *intelligentia* econômica latino-americana no projeto (Díaz-Alejandro, Frenkel, Bianchi, Foxley, García, Figueroa, Ocampo, Perry, Aspe, Zedillo, entre muitos outros), mas finalmente meu gás acabou e o projeto ficou nisso, só no projeto (felizmente!, digo hoje, porque meu entusiasmo com a macroeconomia do desequilíbrio, que eu então acreditava que ia dar a base analítica para o neo-estruturalismo, não ia durar muito tempo mais).

A revista não fiz, mas um manual sobre o tipo de macroeconomia que então entendia ser relevante esse sim o escrevi, e em duas versões. Uma, mais popular, *Introdução à Macroeconomia*, um sucesso instantâneo de público, já em quinta edição; outra, mais rebuscada, *Análise Macroeconômica*, que logo caiu num merecido esquecimento.

A PUC-Rio não foi como Brasília, pois se manteve em constante evolução, mas isso não me impediu de querer sair novamente para o exterior, especialmente tendo recebido um convite para ocupar a Tinker Chair no Departamento de Economia da Universidade de Colúmbia, onde ensinavam, na ocasião, Díaz-Alejandro e Guillermo Calvo. Fui por seis meses, acabei ficando quase ano e meio, de setembro de 1983 a dezembro de 1984.

Intelectualmente, essa nova estada nos EUA foi menos envolvente que a anterior, mas em termos de imersão na problemática da dívida externa nada houve que se lhe comparasse. Em Colúmbia, individualmente e em companhia de Díaz-Alejandro, dei cursos sobre economia latino-americana; no G-24 (*lobby* dos países em desenvolvimento sobre o FMI e o Banco Mundial) e na ONU, participei de diversos grupos de trabalho coordenados por Sidney Dell

sobre a temática da dívida; e no Fed de Nova York trabalhei como assessor para problemas de dívida externa latino-americana, afora inúmeras conferências, seminários e palestras em universidades e centros de pesquisa e de política econômica nos EUA e na Europa.

Em termos de produção intelectual, se destacam um texto com Pedro Malan sobre a dívida externa brasileira e um livro organizado com Herbert Klein, do departamento de história de Colúmbia, contendo ensaios apresentados numa reunião que lá organizamos, sobre a mudança social no Brasil no pós-Segunda Guerra. Isso sem contar o livro da Fondo de Cultura, antes referido, contendo uma seleção do que então considerei serem meus vinte melhores ensaios, introduzidos da seguinte forma:

*“El crecimiento económico, la distribución del ingreso, la deuda externa y la inflación son los temas de este volumen. Escritos a lo largo de los últimos años, los ensayos aquí reunidos pretenden tener sabor a tierra. No sólo porque su tema es la América Latina y más específicamente el Brasil sino porque su modo de pensar la realidad tiene sus raíces en el estructuralismo latinoamericano. En verdad me gustaría que estos ensayos se vieran como ejercicios en el arte de utilizar técnicas modernas de análisis para elaborar la generosa visión de la economía latinoamericana propuesta por Prebisch, Furtado, Noyola y Pinto.”*

Os vinte ensaios estão organizados em quatro seções: Belíndia: Crescimento sem Distribuição (4 ensaios); Brasil: do Milagre ao Fundo (5); América Latina: Abertura Financeira e Endividamento Externo (5); Países Semi-industrializados: Crescimento, Desequilíbrio Externo e Inflação (6). Trata-se de uma síntese adequada de minha produção intelectual até aquela época. Caso os fosse reeditar agora, àqueles ensaios adicionaria os seguintes: “IMF Conditionality” (*World Development*, 1987), “Moeda, inércia e conflito” (*Pesquisa e Planejamento Econômico*, 1988), “Um modelo de três hiatos” (*Pesquisa e Planejamento Econômico*, 1989), “External debt, net transfers, and growth” (*World Development*, 1992), “Stabilization policies in developing countries” (com Dionísio Carneiro, 1993), e “Brazilian coffee policy” (1992). A esses, do ponto de vista dos debates de política econômica do País, adicionaria dois “*non-tradables*”: “O fisco e as divisas” (*Nova Economia*, 1990) e “Alguns princípios para a reforma dos sistema financeiro nacional” (*Revista de Economia Política*, 1991).

Minhas atividades nos EUA também incluíram um retorno à alma mater, Yale, onde ditei um curso sobre economia latino-americana, em regime de ponte-ferroviária, no último semestre de 1984.

Quando voltei ao Brasil, estava ansiando por uma nova experiência, no governo, com o advento da Nova República.

Esta oportunidade apareceu logo depois de eu chegar ao Rio, dada a escolha de João Sayad para Ministro do Planejamento. Regis Bonelli e eu lhe manifestamos nosso interesse de cooperar, mas sem sair do Rio. Foi assim que, em maio de 1985, começou a odisséia de minha dupla inserção na Nova República, como Presidente do IBGE e membro da equipe do Plano Cruzado.

Entrecortada pela súbita morte de Díaz-Alejandro e pela sofrida decisão de não aceitar a oferta de uma cátedra vitalícia no Departamento de Economia de Yale, esta experiência de administração pública iria logo tornar-se um grande tormento; primeiro, pelas dificuldades de implantar uma reforma administrativa modernizadora no IBGE; segundo, pelas frustrações do Plano Cruzado. Ao me demitir, em novembro de 1986, fiz-me a mim mesmo uma promessa de somente voltar ao governo com um mandato político, jamais como um mero tecnocrata explicação básica por ter-me alistado no PSDB assim que o partido foi formado.

Houve compensações, é claro. Primeiro, um importante, embora custoso, aprendizado sobre o que é ser governo. Segundo, a imersão no debate sobre políticas públicas no País, não somente como intelectual, mas também como um ator politicamente relevante. Terceiro, a projeção de uma boa imagem de homem público, que espero estar desde então usando construtivamente.

A produção intelectual, obviamente, ficou prejudicada, mas isso não impediu, nos interstícios de minha atuação governamental, de concluir diversos textos antes iniciados e de finalizar a organização de um livro, em colaboração com Miguel Rodriguez-Mendoza, sobre a ação do FMI e do Banco Mundial no ajuste estrutural da América Latina.

Enquanto estive no IBGE, mantive minha atuação na PUC-Rio em tempo parcial. Assim que saí do governo, voltei para lá em regime de tempo integral. O departamento havia mudado: havia boas e novas contratações, como Marcelo Abreu, Edward Amadeo, Pedro Bodin e Gustavo Franco. Mas gente importante da primeira leva, como Pérsio Arida, Francisco Lopes, Pedro Malan e André Lara Resende, havia decidido aportar em outras plagas.

Também havia adquirido uma nova perspectiva intelectual; depois da reciclagem em Colúmbia e da experiência administrativa do IBGE desapareceu-me a ilusão de que havia um novo paradigma macroeconômico latino-americano a desenvolver - muito daquele meu ardor heterodoxo de anos passados, me dei conta, era parte de minha luta política contra a ditadura militar e seus tecnocratas, e também uma reação contra a prevalência, primeiro, do

monetarismo e, depois, da escola novo-clássica nos EUA, após a derrocada do neokeynesianismo, no final da década de sessenta. A redemocratização do País e a ascensão do novo-keynesianismo na academia norte-americana contribuíram para reconciliar-me com o “*mainstream*” profissional.

Também aceitei o fato de meu modo de fazer economia não ser o das construções teóricas abstratas, mas sim o da compreensão analítica dos problemas do mundo real. O melhor de minha produção, reunida no livro de ensaios de 1986, deixa isso bastante claro. Era a maturidade chegando.

Do ponto de vista da produção intelectual, meus principais temas não mudaram - continuaram sendo a inflação e a dívida externa; mas agora, não só para analisar a crise e criticar “de fora” a ortodoxia, mas também para propor soluções alternativas.

As contribuições relevantes desta fase se dividem em dois grupos. Primeiro, aquelas referidas especificamente aos debates brasileiros. Nesse caso, há dois artigos importantes, um sendo a aula magna do encontro da ANPEC de 1987, em que faço uma reflexão analítica sobre os debates sobre política de estabilização no País; outro, o texto, publicado em diversos formatos em 1990, em que proponho um novo enfoque para o problema da dívida externa do País, baseado em seu impacto fiscal (ao invés de em seu impacto sobre o balanço de pagamentos). Em segundo lugar, as contribuições referidas aos debates internacionais, onde, de um ponto de vista analítico, ressaltam dois textos escritos em Berkeley, durante uma curta, mas produtiva, temporada como professor visitante, na virada de 1988 para 1989: um especificando o modelo de três hiatos (*Pesquisa e Planejamento Econômico*, 1989), outro discutindo o impacto das transferências externas sobre o crescimento econômico dos países devedores (*Revista Brasileira de Economia*, 1990), que foi utilizado como eixo analítico do *Trade and Development Report da UNCTAD* de 1989. Na linha de proposições de política, tive uma produção farta, embora de menor impacto. Assim, escrevi dois textos para o SELA, um sobre o Plano Baker, outro sobre o Plano Brady, que acabei não publicando. O que publiquei foi uma proposta conciliatória para o problema da dívida externa, apresentado a banqueiros e acadêmicos, primeiro nos EUA, no Diálogo Interamericano, e depois na Suíça, no BIS [trata-se de “Escaping confrontation”, publicado em livro de ensaios patrocinado pela International Economic Association em 1989]. Mais recentemente escrevi um texto com Dionísio Carneiro para a ONU, sobre as velhas verdades e os novos temas nas políticas de estabilização dos países em desenvolvimento.

E, finalmente, um velho tema que retornou. Após vinte e cinco anos afastado do assunto, escrevi, em junho de 1992, uma monografia de 140 páginas com uma avaliação centenária da política brasileira do café, publicada pela Editora Salamandra, em inglês e português.

As atividades internacionais continuaram num pique acelerado, incluindo, além da mencionada temporada em Berkeley (e Stanford), a participação no comitê executivo da Associação Econômica Internacional, no Comitê de Planejamento do Desenvolvimento da ONU, e na co-direção do Seminário Interamericano de Economia (patrocinado anualmente pela NBER e a PUC-Rio).

## Ensino

Minhas atividades de ensino iniciaram-se na EPGE/FGV, em setembro de 1969. Ali, lecionei cursos de Custos e Benefícios Sociais, Comércio Internacional, e Crescimento Econômico. Naquele tempo, os melhores alunos saíam logo para o exterior, sem fazer tese. Dos que ficavam, muitos iam para o mercado financeiro, também sem tese. Além disso, somente dei aulas de forma mais continuada para uma só turma; por isso, não tive muita oportunidade de orientar teses [um problema que iria repetir-se em outras experiências, devido às minhas idas e vindas para o exterior ou o governo]. Dois de meus alunos da EPGE, entretanto, foram comigo para a UnB: Lívio Reis e Alvaro Pignaton. Ambos terminaram suas teses, sob minha orientação. O primeiro, sobre a política salarial pós-1964; o segundo, sobre o capital estrangeiro na economia brasileira. Eram ambas as teses muito boas, mas não foram aceitas pela EPGE, então dominada pelo pessoal de Chicago, que as acoimou de “ideológicas”

Na UnB, meu principal curso no mestrado era o de macroeconomia, lecionado em conjunto com Flávio Versiani, e em que fiz uma verdadeira salada neoclássica, neokeynesiana e neomarxista. Não funcionou. Também lecionei cursos sobre a controvérsia de Cambridge sobre a teoria do capital, e sobre comércio internacional, ambos no mestrado. Na graduação, ocupava-me basicamente dos cursos de macroeconomia. Tive tempo de orientar teses apenas da primeira turma do mestrado, que ali entrou em 1963; no caso, duas teses, de Cláudio Consídera, sobre formação de preços na indústria brasileira, e de José Breno Salomão, sobre interpretações da inflação brasileira. Quando voltei à UnB, por um ano, em 1968, tive tempo de orientar duas teses, em cuja defesa, entretanto, não apareço como orientador por não ser mais professor do departamento.

Na PUC-Rio, iniciei-me no mestrado lecionando um curso, mais tradicional, de macroeconomia, posteriormente transferindo-me para a área de macroeconomia internacional. No entretanto, lecionei cursos sobre economia latino-americana. Na graduação, repeti a mesma dose: basicamente o segundo curso de macroeconomia (inflação e balanço de pagamentos) e, eventualmente, um seminário sobre economia latino-americana. Na minha 1ª etapa no departamento, de 1979 a meados de 1983, tive ocasião de terminar a orientação de duas

teses, transferindo outras tantas para outros professores, quando viajei para Colúmbia. Na primeira fase de minha 2ª etapa na PUC-Rio, de 1987 a 1988, não tive tempo para fazer orientação de teses. Depois de meu retorno de Berkeley, em 1989, pude dedicar-me com maior continuidade ao programa de mestrado (inclusive como seu coordenador!) e retomar a orientação de teses.

Na área de ensino, entretanto, quero crer que minha principal contribuição tenha sido não minhas aulas, nem minhas orientações de tese (ou, de monografias na graduação), mas sim o estímulo dado aos melhores alunos do mestrado, na EPGE, na UnB e, principalmente, na PUC-Rio, para fazer doutorado em universidades de primeira linha, principalmente nos EUA, mas também na Inglaterra e, ocasionalmente, na França. Não sei ao certo quantos alunos conseguiram ingresso em doutorados de primeira linha no exterior com a ajuda de minhas cartas de recomendação, mas devem ter sido bem mais de cinquenta. Só da PUC-Rio estão atualmente fazendo doutorado no exterior cerca de trinta ex-alunos, quase todos com minha recomendação. Creio que essa contribuição será, no próximo futuro, reconhecida como particularmente importante, tendo em vista o papel central que, antevejo, essa nova geração deverá exercer na academia do País, para o desenvolvimento de cursos de doutorado em economia de nível equivalente aos dos bons centros de ensino do exterior.

# ERRATA

Artigo: **A terapia da recessão virtual**

Autor: **André Lunardelli**

Publicado em: *Economia Aplicada*, v. 1, n. 4, p. 641-661, out./dez. 1997

- 1) Página 642, primeiro parágrafo do item 1 (**Coordenação em processos inflacionários e estabilizações**). Onde se lê:

“Aos contratos justaposto de Fischer (1977a) e Taylor (1979) juntaram-se os efeitos devidos à importância dos salários relativos...”

Leia-se:

“Aos contratos justaposto de Fischer (1977a), Taylor (1979) juntou os efeitos devidos à importância dos salários relativos...”

